

GUERRA E SANGUE PARA UMA COLÔNIA PACIFICADA: A REVOLTA DO BAILUNDO

e o Projeto Imperial Português Para o Planalto Central do Ndongo (1902-1904)

JÉSSICA EVELYN PEREIRA DOS SANTOS*

RESUMO

A Revolta do Bailundo (1902-1904), conflito entre grupos heterogêneos de nativos do Planalto Central da região da atual Angola, elites comerciais europeias e crioulas e o governo colonial português, alargou as possibilidades para que as campanhas militares de pacificação ocorressem na região. Através da análise de relatórios de administradores coloniais, relatos de missionários cristãos, de boletins oficiais da Colônia e fontes de imprensa, este trabalho pretende investigar como os desdobramentos do conflito possibilitariam o efetivo avanço colonizador português no Planalto Central angolano.

Palavras-chave: Angola; Bailundo; Colonialismo.

ABSTRACT

The Bailundo Rise (1902-1904), a conflict among miscellaneous native groups of the Angolan Central Plateau, European and creole traders and the Portuguese colonial government, widened the possibilities to the military campaigns took place in this region. Through the analysis of reports of colonial government officials, narratives of Christian missionaries, official colonial documents, and press sources, this paper intends to investigate how the deployment of the conflict might have allowed the effective Portuguese colonial stride in the Angolan Central Plateau.

Keywords: Angola; Bailundo; Colonialism.

*Mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: jessicasantoshistoria@gmail.com

Introdução

Em 1902, a vitória portuguesa na Revolta do Bailundo marcou um período da colonização angolana entendido pelo discurso português “a era de pacificação”¹, que se desdobraria, supostamente, em um abrandamento nos conflitos no Planalto Central de Angola, mais precisamente nas regiões em que se estendiam os territórios do Bié, Huambo, e Bailundo². Embora oficialmente a revolta tenha sido sufocada no mesmo ano, focos de resistência se alastraram durante ao menos os dois anos seguintes. Nessas circunstâncias, foram mobilizados cerca de dez mil combatentes nativos contra as tropas de europeus, bôeres e africanos aliados.

Esse conflito se desenvolve em um momento no qual eclodem uma série de ações e movimentos de resistência africana em resposta às campanhas portuguesas de “pacificação”. Episódios de grandes proporções que eclodiram nesse contexto também ocorreram um pouco mais tarde no Congo (1913-1914), Cuanhama (1914 - 1915), Dembos (1917-1919), Amboim e Selles (1917-1918). Se observado à primeira vista, o quadro pode sugerir uma simples disputa entre portugueses e africanos, que estourou a partir de um desentendimento entre um conselheiro do reino de Bailundo e um comerciante português por conta de um débito de rum. Porém, se olharmos com mais atenção às fontes, observaremos que os antecedentes e as implicações desse processo têm raízes e desdobramentos muito mais complexos, que se relacionam com processos de ruptura no modo de vida e organização tradicional dos povos do Bailundo e de seus vizinhos.

Pacificação e Colonialismo no Planalto Central do Ndongo (1902-1904)

Nos séculos anteriores ao oitocentos, portugueses reclamavam a tutela dos “territórios do *Ngola*”³ porque conseguiram, a partir do contato náutico, estabelecer influências em lugares estratégicos no litoral africano que eram viabilizadas a partir do comércio transatlântico de escravos. A penetração portuguesa no interior desses territórios – nos sertões – também girava em torno dessa atividade comercial. Para o historiador Marcelo Bittencourt, “a Europa até meados do século XIX não tinha condições de investir numa guerra de grandes proporções contra as estruturas políticas africanas, algumas solidamente estabelecidas e mesmo muito bem armadas”⁴. Portanto, não haveria ocupação efetiva em grande parte dos territórios que os portugueses reivindicavam. Em Angola, elites crioulas se desenvolveriam a partir do envolvimento com esse comércio. A Revolta do Bailundo, inclusive, estaria relacionada também com a emergência dessa camada em territórios dos Ovimbundos⁵.

A corrida imperial da segunda metade do século XIX impulsionara a tendência das

1 O discurso colonial português chama de “era de pacificação” o período de ações militares que ocorreram nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do XX, com o intuito de neutralizar à resistência africana ao controle e estabelecimento de núcleos coloniais administrativos e de ocupação em Angola.

2 Bié (ou Bihe), Wambo (ou Huambo) e Bailundo (ou Mbalundu) eram grandes sobados, regiões chefiadas por personagens chamados sobas. Os “reinos” que correspondem a essas áreas não significam estruturas políticas análogas às monarquias europeias, mas territórios que se delimitavam a partir da extensão do poder e da influência dos chefes políticos sobre as pessoas.

3 “Ngola” ou “Ngola a Kiluanje” eram os títulos dados aos chefes do reino do Ndongo, região que corresponde a atual Angola.

4 BITTENCOURT, Marcelo. “Partilha, Resistência e Colonialismo”. In: Bellucci, B. (org.), *Introdução à História da África e da Cultura Afro-Brasileira*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos-UCAM/CCBB, 2003, p.70.

5 Os Ovimbundos (Ocimbundu (singular), Ovimbundu (plural), em Umbundu) é uma etnia bantu, que, na primeira metade do século XX, ocupa majoritariamente o Planalto Central de Angola.

metrópoles de assumirem o controle real das áreas que considerariam como suas colônias. Traçar fronteiras seria necessário. Garantir esses territórios não significaria apenas agregar possessões de terras e recursos naturais, mas também o viabilizar o fornecimento de mão-de-obra. Portugal, principalmente depois dos desdobramentos da Conferência de Berlim, apropriou-se dessa tendência imperialista na tarefa de “reconquistar” esses territórios. Cristiana Bastos aponta alguns dos grandes problemas dessa iniciativa imperial lusitana, ao afirmar que aquilo que Portugal reclamava como seu território era muito mais um conjunto de princípios de precedência e conquista em relação a outras potências imperiais europeias do que o estabelecimento efetivo de núcleos coloniais nos territórios angolanos. Marinheiros, comerciantes e traficantes portugueses chegaram antes de outros personagens europeus e sempre se estabelecido em várias localidades da costa litorânea. Em Angola, muitos dos entrepostos comerciais, cidadelas e mesmo cidades, como Luanda, teriam sido fruto desse contexto. No entanto, o interior, fora pouco explorado até o final do século XIX. E os poucos portugueses que tentavam adentrar os sertões, o faziam por sua conta, risco e proveito⁶.

O processo de “pacificação” foi uma resposta violenta às complexidades dessa empreitada imperial. Mais do que permitir o avanço colonial português, essas ações afetariam as sociedades africanas nativas ao remodelarem espaços geográficos, políticos e econômicos. A Revolta do Bailundo surge nesse contexto, e ainda que seja ocasionada por um conjunto de causas heterogêneas, suas implicações estão diretamente relacionadas a esse processo.

Para tentarmos entender as origens, desdobramentos e consequências da Revolta do Bailundo, faz-se necessário apontarmos alguns aspectos dessas sociedades nas décadas anteriores ao conflito. O grupo étnico de maior expressão da região do planalto central eram os Ovimbundos, que eram distribuídos em cerca de vinte e dois reinos, dos quais o reino de Bailundo era o maior, seguido de Bié e Huambo. Em pelo menos três séculos de colonização portuguesa, os Ovimbundos e comerciantes portugueses e mestiços assumiram papéis de autoridade e controle nessas regiões. Isso não quer dizer necessariamente que a administração portuguesa não estivesse ali, mas que o poder efetivo de muitas áreas repousava nas mãos dos sobas⁷, subchefes ou moradores⁸, personagens que podiam, inclusive, manter seus próprios exércitos. Além do expressivo comércio de escravos, as transações de itens como tecidos, borracha, armas, rum e aguardente figuravam como as principais atividades econômicas da região. Muitos personagens desse cenário estavam envolvidos nessas operações comerciais. Capitães de fortes, soldados, moradores, desertores e pombeiros⁹, além de um número considerável de africanos locais coexistiam e se relacionavam nesse contexto comercial. As sociedades africanas não apenas interagiam diplomaticamente e comercialmente com esses personagens coloniais como também, em várias medidas, absorviam culturalmente muitos deles.

Talvez seja mais apropriado pensarmos nos acontecimentos de 1902 como um elemento determinante de uma “história dos povos” – como o pesquisador Joseph Ki-Zerbo¹⁰ reivindica – das regiões do conflito, de suas funções nos contextos comerciais e suas transformações políticas e sociais ligadas às suas coexistências com o aparelho colonial do que como uma disputa entre brancos e negros, entre colonos e nativos, entre civilizados e selvagens. A perspectiva colonial tende a sustentar, em sua literatura, uma imagem simplista da Revolta do

6 BASTOS, Cristiana. “Maria Índia, ou a fronteira da colonização: trabalho, migração e política no planalto sul de Angola”, *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 31, jan./ jun. 2009, p.57.

7 Soba (ou sova) é uma autoridade tradicional comum dos reinos do *Ndongo*, que estaria subordinada hierarquicamente ao *Ngola*, autoridade central do *Ndongo* (região que corresponde a Angola Contemporânea).

8 O termo “moradores” refere-se aos comerciantes portugueses e mestiços que residiam nas áreas dos sobados.

9 Africanos ou mestiços que trabalhavam para as casas de comércio portuguesas e brasileiras.

10 KI-ZERBO, Joseph. “Introdução Geral” In: KI-ZERBO, Joseph. (org.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília : UNESCO, 2010.

Bailundo como produto de uma mera “revolta do soba Onungulu contra o domínio português”, como Jofre Amaral Nogueira assinalaria em seu escrito “Assim Nasceu Nova Lisboa”¹¹. Na Portaria Provincial de Huambo de 4 de novembro de 1902, por exemplo, podemos observar como o discurso oficial inclina-se a abrandar as dimensões do conflito e exaltar o controle português:

Completamente desbaratada a revolta, são criados os fortes da Quissala e do Sambo. A 4 de Novembro é criado o posto militar do Huambo, pelo Governador Geral Cabral Moncada, não só (para) assegurar a rápida pacificação dos territórios... mas também impedir... que sobre os povos dessa região continuem a actuar em detrimento do prestígio do nome português, as causas de descontentamento que em parte contribuíram para o levantamento agora reprimido¹².

Essa passagem do documento também é citada em textos do *Boletim Cultural do Huambo*, publicação inaugurada pelos Serviços Culturais do Huambo em 1948 – e que se estenderia até 1974, acumulando vinte e três edições –, que objetivava apresentar as melhores contribuições literárias, jornalísticas e antropológicas que surgiam na região do Huambo. Alimentar essa narrativa a partir de certa perspectiva é também função do aparato imperial. Edward Said, em seu *Cultura e Imperialismo*, mostra a fisionomia desse império que também é discurso, ao ponderar que o principal objeto de disputa no imperialismo é a terra. No entanto, as questões que se giravam em torno de quem a possuía, de quem tinha o direito de nela se estabelecer, quem a explorava, quem a reconquistou e quem planeja seu futuro, foram pensadas, discutidas e até, por um tempo, decididas no campo da narrativa. Nesse sentido, o poder de narrar, ou de impedir que se estabeleçam outras narrativas, é essencial para a cultura e o imperialismo e se constitui como uma das principais interconexões entre ambos¹³.

O quadro é consideravelmente mais complexo do que o discurso colonial português sugere. Segundo antropóloga Shana Melnysyn, não há um único motivo que, sozinho, tenha levado à eclosão da revolta¹⁴. Mas podemos apontar alguns dos prováveis aspectos. Em primeiro lugar, devemos considerar que as relações entre o aparato colonial português e sítios de poder Ovimbundos como o Bailundo e o Huambo não se apresentavam exatamente como um dualismo entre o poder colonial e um Estado africano subjugado. Casos como esse revelam o quão frágil e fragmentado (em certas regiões até nulo) seria o controle português na Angola colonial do fim do oitocentos. No pós-conferência de Berlim, campanhas militares com objetivos de controle dos fortes por oficiais portugueses se multiplicariam, mas não seriam suficientes para cobrir muitos territórios no sertão angolano. Entre o Bailundo e a costa, havia apenas um forte português¹⁵. Esses fatores podem ter facilitado o levante do Bailundo.

Além disso, o comércio de escravos, domésticos em sua maioria¹⁶, e de rum (ou aguardente) havia crescido consideravelmente desde a última década do século XIX. A crise da borracha no mesmo período havia deixado muitos Ovimbundos sem trabalho. Por outro lado, houve um aumento no preço da mão de obra escrava. Vários comerciantes levariam vantagem dessa situação e recrutariam nativos que seriam vendidos, em sua maioria, para as ilhas de São

11 NOGUEIRA, Jofre Amaral. “Assim Nasceu Nova Lisboa”, *Boletim Cultural do Huambo*. 003. *Serviços Culturais do Município de Nova Lisboa*, 3, 1950.

12 Publicação da Portaria Provincial da Angola, nº 474, Novembro de 1902.

13 SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.11.

14 MELNYSYN, Shana. “Conflito de Autoridade, a Revolta do Bailundo de 1902”, *DW Angola*. Disponível em: <http://dw.angonet.org/forumitem/833>.

15 NOGUEIRA, *op.cit.*, p.7.

16 Os escravos destinados aos trabalhos domésticos eram chamados comumente de “serviçais” (serviçães). A demanda por esses escravos cresceu significativamente no século XIX, principalmente após a proibição efetiva do tráfico de cativos para o Brasil. Categorizá-los como “serviçais” ao invés de escravos era um eufemismo comum entre os negociantes e compradores do período.

Tomé e Príncipe¹⁷. Mas, ao menos para as elites, a questão não era a produção desenfreada de escravos, até porque os bailundos participariam por várias vezes de transações comerciais com cativos de povos vizinhos ou até mesmo de seu próprio povo, e sim o controle dessas operações que cresciam nas mãos desses comerciantes “estrangeiros” e que, frequentemente, atropelavam as suas leis e acordos. Isto se traduz no que Paul E. Lovejoy formula para o papel da escravização na África Ocidental, como “um meio de controle social em um meio social e um sistema político baseado em relações entre uma elite militar e linhagens dependentes”¹⁸.

Outro problema significativo seria o consumo exacerbado de rum por africanos locais, viabilizado pelo grande fluxo de comerciantes na região¹⁹. Algumas autoridades africanas rejeitavam esse comércio, sob o argumento principal de que essas bebidas provocaram a degradação moral e física de muitos nativos. *Mutu-ya-Kevela*²⁰, em discurso em junho de 1902, afirma essa questão de maneira inflamada, ao dizer que “antes da vinda desses comerciantes nós tínhamos nossa cerveja caseira, vivíamos vidas longas e éramos fortes”²¹.

Contra o comércio dos serviçais (e outros tipos de escravos) e o consumo exacerbado de rum também se posicionavam os missionários cristãos, católicos e protestantes. A crítica constante missionária a esses aspectos do comércio português e das elites crioulas na região havia reverberado entre os Ovimbundos, alimentando suas pretensões de reformas e o clima de insatisfação. Douglas Wheeler nos mostra que missionários cristãos haviam se estabelecido no Bailundo em 1881. Desde então, exerciam papel significativo entre os nativos. Além de promover educação cristã em vários postos e assumir papel influente entre os plebeus, também conseguiram alguma inserção entre a aristocracia²².

A participação do segmento missionário no conflito de 1902 foi problemática. Embora muitos líderes da revolta confiassem em personagens das missões, os quais assumiam muitas vezes funções de intermediários entre os dois lados, os missionários relutavam em apoiar qualquer uma das forças e mantiveram uma postura frequente de não envolvimento, ao menos no nível político. Apesar disso, seriam um ponto de apoio recorrente dos nativos, ao proverem comida e cuidados médicos. Wheeler insistiria na posição delicada dos missionários, principalmente porque eles dependeriam do aval e dos recursos portugueses para darem prosseguimento ao trabalho ao mesmo tempo em que também necessitariam dos nativos para realizarem as mesmas tarefas²³. O momento de crise ainda seria atravessado por surtos de doenças endêmicas, escassez de comida e altas taxas de mortalidades em algumas vilas²⁴.

A soberania dos líderes das elites do Planalto Central, já enfraquecida por conta do poder crescente dos comerciantes e das investidas militares portuguesas, veio a fragmentar-se significativamente durante o conflito. No caso do Huambo, por exemplo, ainda que o soba maior²⁵ recusasse envolver-se no conflito, sobas menores e outros líderes participariam ativamente

17 Portugal em África, IX (1902), p.426.

18 LOVEJOY, Paul E. *A Escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.202.

19 Esses comerciantes incluíam colonos portugueses, mestiços, africanos nativos de outras etnias e desertores.

20 Mutu-ya-Kevela (também grafado Matu-a-Quebera e Matu-ya-Kavela) foi um líder Ovimbundo que se opôs ao domínio colonial português e comandou vários levantes no conflito do Bailundo (1902-1904). Foi Macota e conselheiro do Sova Mbalundu Kalandula antes do conflito e se tornaria soba do Bailundo em Junho de 1902.

21 ABCFM, Vol. 17. Bertha Stover Report, Julho e Novembro de 1902.

22 WHEELER, Douglas & CHRISTENSEN, Diane. “To rise with one mind: the Bailundo War of 1902” In: HEIMER-MÜNCHEN, Franz-Wilhelm; BERGSTRALSSER, Arnold. *Social change in Angola*. Munique: Weltforum Verlag, 1973, p.53-92.

23 *Ibidem*, p.66.

24 NOGUEIRA, *op.cit.*, p.7.

25 O soba maior (ou soba grande) é o soba que lidera outros sobas (sobas menores ou sobetas), personagem que ocupa um lugar específico na hierarquia tradicional do *Ndongo*.

da Revolta. O relatório do governador-geral Cabral de Moncada²⁶ exclui a participação do soba maior do Bié na revolta, mas pondera que muitos sobas menores levaram suas comunidades às batalhas. Além disso, muitos trabalhadores sem ocupações, escravos e serviçais também se rebelaram, o que projeta as forças do conflito para além das elites dos Ovimbundos.

O Conflito

Douglas Wheeler aponta a causa imediata do levante como uma disputa local no Bailundo em abril de 1902²⁷. Não há como precisar se, como afirmam as fontes oficiais portuguesas²⁸, o conflito começou com uma alegada dívida não paga de rum comprado pelo líder *Mutu-ya-Kevela* a um comerciante português. Mas é possível – e mais importante, presumimos – pensar nas implicações desse episódio. A partir dele, uma disputa entre as autoridades portuguesas do forte e alguns líderes do Bailundo havia se acirrado. *Mutu-ya-Kevela*, então, rejeitaria a proposta de se reportar aos líderes do forte e afirmaria que não mais reconheceria a autoridade do capitão-mor²⁹. A partir daí, alianças seriam formadas com outros povos Ovimbundos contra o domínio português. Mas isso não significaria, segundo Shana Melnysyn uma unidade étnica desses povos contra o aparato colonial, porque a configuração da revolta foi heterogênea e as disputas entre reinos ainda existiriam³⁰. Bailundo e Bié, por exemplo, ainda eram rivais e o Soba do Bié não participaria da revolta. Ainda assim, é importante destacar a mobilização de muitas camadas de agrupamentos Ovimbundos ao movimento, para além do apoio das linhagens reais³¹. É precisamente por esse motivo que Wheeler considera que é um erro categorizar – como o faz o discurso colonial – os acontecimentos de 1902 como “uma mera rebelião”³².

Inicialmente, os portugueses atacaram a partir de três colunas, que aglomeraram portugueses, africanos aliados e tropas bôeres auxiliares. A primeira coluna a chegar ao Bailundo foi a “coluna do Norte”, liderada pelo tenente Paes Brandão, que partiu do Rio *Kwanza* em direção ao Forte do Bailundo. A segunda coluna, Caconda, comandada pelo governador de Benguela, Joaquim Teixeira Moutinho, partiu de Benguela, passou pelo forte de Caconda Nova e lutou em *Nyanda* e *Samisasa*, regiões pertencentes ao sobado do Huambo, antes de dirigir-se ao Forte de Bailundo. A última coluna, no comando do Capitão Massano de Amorim, era também a maior. Partiu de Luanda, passou por Benguela e apenas chegou ao forte do Bailundo em Setembro de 1902, após entrar em confronto por diversas vezes durante o percurso (Mapa 1).

26 MONCADA, Cabral de. *A Campanha de Bailundo de 1902*. Lisboa: Typ. da Livraria Ferin, 1903, p.45.

27 WHEELER, *op.cit.*

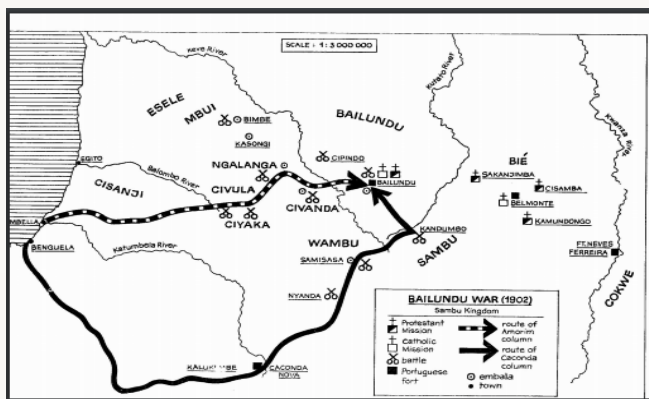
28 Relatório do Governador Geral Cabral de Moncada sobre o Conflito, texto que integra a obra MONCADA, *op.cit.*; NOGUEIRA, *op.cit.*; Serviços Culturais do Município de Nova Lisboa. “No Limiar de uma jornada”, *Boletim Cultural do Huambo*, 001. Serviços Culturais do Município de Nova Lisboa, 1, 1948.

29 ABCFM, Vol. 17. Bertha Stover Report, Julho e Novembro de 1902.

30 MELNYSYN, *op.cit.*

31 Mais uma vez, o sentido de reino é aqui utilizado apenas uma aproximação de categorias para explicar, nesse caso específico, as linhagens das elites que controlariam as regiões dos sobados que se reportariam ao *Ngola*. Isso não quer dizer que essas camadas sociais tenham necessariamente similaridades exatas com as linhagens dinásticas de outras regiões.

32 WHEELER, *op.cit.*, p.70.



Mapa 1. Mapa Temático da Guerra do Bailundo.

Fonte: WHEELER, Douglas & CHRISTENSEN, Diane. "To rise with one mind: the Bailundo War of 1902" In: HEIMER-MÜNCHEN, Franz-Wilhelm; BERGSTRALSSER, Arnold. *Social change in Angola*. Munique: Weltforum Verlag, 1973, p.70.

As colunas que partiram de Benguela e Luanda foram orientadas pelas diretrizes estratégicas do governador-geral Cabral de Moncada³³ e visavam alcançar “uma pacificação definitiva” na região, ao “desfazer velhas lendas e melhor consolidar a soberania portuguesa no interior de Benguela”³⁴. Em relatório acerca da Campanha Militar de 1902, Cabral de Moncada justifica os esforços empreendidos na repressão do levante:

era indispensável que a região percorrida pelas duas columnas de operações ficasse tranquilizada e submissa quanto possível, e a sua posse se tornasse devida efectiva; finalmente, que as despesas da guerra não fossem perdidas; por isso os commandantes estabeleceriam os postos que para tanto fossem necesarios, e deixal-os-hiam devidamente guarnecidos...³⁵

Com artilharia bélica mais pesada que os aliados de Bailundo, as tropas comandadas pelas autoridades portuguesas atacaram em vários pontos além do forte do Bailundo. As ordens expressas foram de “pacificar” as terras no planalto de Benguela tanto quanto fosse possível ao estabelecer postos militares da colônia, normalizar o comércio (tanto de escravos quanto de bebidas) interrompido o mais rápido possível, capturar os líderes da revolta e “vassalzar” as chefias africanas, diretamente ligadas ou não ao levante³⁶. O século XX já despertara e a guerra ainda funcionava como “o principal meio utilizado para o avassalamento dos sobas nos sertões”³⁷. O governador-geral da Angola Colonial à época, Francisco Cabral de Moncada, definira a vassalagem dos sublevados enquanto um elemento tão crucial para a vitória portuguesa como a captura e prisão dos líderes agitadores considerados mais perigosos. O que ele talvez não imaginasse é que isso não teria sido possível em várias regiões,

33 MONCADA, *op.cit.*

34 *Ibidem*, p.104.

35 *Ibidem*, p.105.

36 *Ibidem*.

37 Ver CARVALHO, Flávia Maria de. *Sobas e homens do rei: interiorização dos portugueses em Angola. (séculos XVII e XVIII)*. Maceió: Edufal, 2015, p.85. Segundo a autora, as formalizações de hierarquias entre sobas do Ndongo e autoridades portuguesas que assumiram um compromisso mútuo eram consideradas como um “avassalamento”, que seria celebrado com ritos que teriam aproximações tanto com o fundamento tradicional africano quanto com a vassalagem europeia do medievo.

e mesmo quando possível, não o seria sem dificuldades. Em suas próprias palavras: “illudime na previsão, que não mediu bem a bravura e o número dos inimigos, e a grandeza do seu furor, tanto maior quanto mais dilatado fora o número de anos em que se reprimira”³⁸.

As condições climáticas também favoreceram os portugueses. Os primeiros meses de batalhas, nos quais grande parte dos combates seriam realizados, correspondiam à estação seca da região. Como havia algumas estradas nas zonas de combate, os portugueses levavam vantagem em questão de mobilidade, cobrindo um raio maior do que os exércitos Ovimbundos³⁹. Apesar disso, a narrativa colonial, que privilegia um encadeamento heroico dos fatos e personagens, se apropria dos argumentos de que as condições naturais da região teriam sido um empecilho tão grande ou maior que os próprios combatentes inimigos. Podemos verificar essa tendência na redação de mais um texto de Cabral Moncada, no qual o administrador afirma:

(...) eloquente demonstração d'esta verdade, axiomática para quem sabe o que é batalhar em África: se é grande gloria afrontar e vencer o inimigo armado, que em acampamentos de milhares de combatentes se ergue, não é menor - até por vezes a excede - aquella que se alcança na luta a cada passo travada com a natureza rudimente hostil, quando superada⁴⁰.

Enquanto o enfrentamento militar português aos levantes Ovimbundos acelerava o processo de “pacificação” do Planalto Central, os nativos nutriam inúmeros descontentamentos com o comércio e a administração colonial. Os episódios violentos que se produziram nesse clima de tensão não se deviam essencialmente a uma dualidade entre nativos e europeus. Os líderes da revolta eram seletivos quanto aos seus alvos. Eles teriam, inclusive, matado seus mestiços e negros aliados às tropas coloniais em batalhas do que colonos brancos⁴¹.

Os colonos que participariam das missões cristãs, por exemplo, foram personagens que não seriam atingidos pela violência do conflito. Uma publicação da *American Board of Commissioners for Foreign Missions*⁴² traz o lugar privilegiado que esses missionários ocupavam nesse contexto:

Missionários Americanos eram permitidos transitar sem dano pelas áreas de guerra. E ainda, os líderes da revolta confiariam nos missionários Stover e Goïpp para assumirem o papel de mediadores durante uma troca de prisioneiros com os oficiais do Forte em Junho. Mutu-ya-Kevela confiaria tanto na missão protestante que pediria para trocar munição por um carregamento de munições e receberia, além dos projéteis, camisas e um pouco de sal⁴³.

Em suma, a Revolta do Bailundo se traduziria num apelo nativo por reformas, justiça e libertação do comércio de escravos e de rum, além de se apresentar em uma conjuntura de crise econômica e política do Planalto Central do *Ndongo*. No plano do discurso, os líderes Ovimbundos conduziram a retórica do levante a partir de elementos tanto tradicionais quanto modernizantes. As reformas propostas por líderes como *Mutu-ya-Kevela* tendiam a alinhar-se a vários princípios cristãos ocidentais, trazidos principalmente pelas missões cristãs⁴⁴. A influência dessas missões nas sociedades africanas nativas do período é destacada pelo historiador Marcelo Bittencourt,

38 MONCADA, *op.cit.*, p.443.

39 WHEELER, *op.cit.*, p.71.

40 MONCADA, *op.cit.*, p.119.

41 WHEELER, *op. cit.*, p.70-71.

42 A *American Board of Commissioners for Foreign Missions* foi uma das primeiras associações americanas de Missões Cristãs Estrangeiras.

43 ABCFM, Vol. 15; Vol. 17, Currie to Smith, June 20, 1902.

44 ABCFM, Vol. 17. Stover to Smith, June 2, 1902.

ao afirmar que "(...) o cristianismo não atuaria apenas no campo da fé, alteraria também os modos de vida, afetando as noções básicas de propriedade, de estrutura familiar, dos sistemas de herança, das práticas diárias da alimentação, do vestuário e da educação das crianças"⁴⁵.

Mas isso não significaria um total afastamento das questões tradicionais da vida social dos Ovimbundos. O mesmo líder que beberia da fonte cristã, também fundaria seus argumentos na retomada de uma ancestralidade, na glorificação de um passado que seria considerado como uma era de ouro para a prosperidade e valores da comunidade⁴⁶.

Esse delineamento de uma identidade (ou de identidades) a partir desses discursos que agregam os personagens da revolta contra inimigos comuns nos faz recordar a noção de *comunidade imaginada* apresentada por Benedict Anderson⁴⁷. Em seu trabalho, Anderson desenvolve a ideia de uma comunidade política imaginada, a qual constrói e é construída por sobre uma memória e um discurso que reclamam lugares de poder e soberania⁴⁸. Nesse sentido, as tradições e identificações seriam inventadas, reinventadas e imaginadas de acordo com os processos históricos que as originam⁴⁹. É precisamente por isso que essa comunidade política assume uma legitimidade, porque seus membros estariam ligados profundamente em um nível emocional ao partilhar do imaginário coletivo.

Ainda pensando nesse conceito de comunidade política imaginada, podemos observar a atuação dos sobados Ovimbundos que participaram do conflito. Embora não possamos falar de uma unidade étnica entre os Ovimbundos para lutar contra o domínio colonial⁵⁰, temos que considerar que a grande participação de outros reinos independentes no conflito – como Huambo e Civula – traz resquícios de uma identificação entre esses povos que se configuraria inclusive além dessa etnia, com a agregação de grupos não-Ovimbundos no conflito, como os *Kisanji* e *Luimbi (Mbui)*⁵¹.

René Pélissier, em sua *História das Campanhas de Angola: resistências e revoltas*, inclui esses povos numa categoria étnica tida como "ovimbundizados". De acordo com o autor, esses grupos haviam sido absorvidos às regiões de controle *Ovimbundu* por conta das tendências a um expansionismo assimilador entre os ovimbundu, impulsionado pela busca de novas rotas comerciais que alimentassem as atividades econômicas de suas comunidades⁵².

Essa ideia de agrupamentos que se tornariam Ovimbundos, se "ovimbundizariam", nos remete a uma transformação das identidades étnicas em função de processos históricos específicos. No planalto central do *Ndongo* do início do século XX, a identidade étnica estaria profundamente ligada à noção de política. Nesse sentido, podemos pensar, sem deixar de considerar as limitações específicas desse caso, nos Ovimbundos da revolta do Bailundo enquanto uma comunidade política imaginada.

45 BITTENCOURT, Marcelo. Partilha, Resistência e Colonialismo. In: Bellucci, B. (org.) *Introdução à História da África e da Cultura Afro-Brasileira*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos-UCAM/CCBB, 2003, p.88.

46 Esse período de prosperidade corresponderia, segundo *Mutu-ya-Kevela*, precisamente à era do sobado de Ekuikui. ABCFM, Vol. 17. Stover to Smith, June 2, 1902.

47 ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

48 Embora o conceito de Anderson tenha sido formulado para explicar precisamente a categoria de "nação moderna", elemento que apresenta uma geopolítica específica, trouxemos sua ideia fundante para pensarmos a comunidade política heterogênea formada pelos povos *Ovimbundu* no território do *Ndongo* na primeira metade do século XX.

49 Para Hobsbawm, as tradições inventadas "são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória". HOBBSBAWN, Eric; RANGER, TERENCE. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

50 MELNYSYN, *op.cit.*

51 ABCFM, Vol. 17, Currie to Smith, August 3, 1902.

52 PÉLISSIER, René. *História das campanhas de Angola: resistências e revoltas. 1845-1941*. 2 volumes. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

Considerações Finais

Wheeler aponta a prisão e a execução de *Mutu-ya-Kevela*, liderada pelo General Paes Brandão em agosto de 1902, como os episódios que marcariam o fim da resistência e do protagonismo dos bailundos⁵³. Segundo o autor, esse teria sido o gatilho necessário para que outros sobas também caíssem, e, com eles, os exércitos Ovimbundos e remanescentes que travariam as lutas contra o aparato colonial português. Nesse sentido, Wheeler faz coro aos discursos oficiais portugueses que tendem a tratar o fim desse conflito específico como a inauguração de uma nova era no Planalto Central de Angola, onde o poder repousaria efetivamente nas mãos dos chefes portugueses. Ao tentar projetar uma antropologia e uma história dos Huambos, por exemplo, os Serviços Culturais do Município de Nova Lisboa publicaram textos que tendem a separar a história da região entre antes e depois da Revolta do Bailundo⁵⁴. Não se fazia necessário apenas vencer o conflito, mas superá-lo, neutralizá-lo e mesmo ressignificá-lo, transformá-lo no momento exato de concessão das rédeas da história do planalto central angolano para a retórica colonial portuguesa. Essa noção pode ser apreendida em discursos oficiais⁵⁵, como no escrito publicado no Boletim Cultural do Huambo “Organização de poder entre os Uambos”⁵⁶, no qual os personagens nativos apenas ocupariam lugares relevantes de poder no período anterior às campanhas de pacificação.

Mas até que ponto poderíamos falar de uma transformação desse planalto central, no fim da resistência Ovimbundo, na dispersão dessas identidades étnicas e memórias ancestrais em favor de uma instauração de uma nação portuguesa, como as fontes oficiais⁵⁷ insistem em sugerir?

A historiadora Maria da Conceição Neto rejeita a ideia de que seria possível existir um “lusó” nos territórios dos trópicos coloniais⁵⁸. Para ela, as dinâmicas sociais das colonizações portuguesas nunca permitiriam reduzir-se a um condicionamento do impacto de um “lusó” abstrato e idealizado por sobre um “trópico”, ainda mais abstrato e limitado. A autora ainda vai além ao reprovar a própria existência dessas categorias, ao afirmar que, historicamente, não houve um único trópico, mas sim diversas civilizações nas regiões tropicais. Sendo assim, não houve um “lusó” no avanço colonizador, mas sim grupos, indivíduos, instituições de Estado e privadas que construíram uma experiência colonial condicionados pelas culturas de seu tempo e pelos interesses que defendiam⁵⁹.

A invenção de um Planalto Central “lusó” na Angola do século XX apenas poderia erigir do desprezo da condição heterogênea – que inclusive constituiria uma das características principais dos personagens da Revolta do Bailundo – desses corpos sociais. A “pacificação”, eufemismo frequente na literatura colonial para o processo de intensas campanhas militares que visavam estabelecer o domínio português nos sertões,

53 WHEELER, *op.cit.*, p.77.

54 *Boletim Cultural do Huambo*. Serviços Culturais do Município de Nova Lisboa, 1948-1974. Arquivo da Biblioteca Digital Memória de África.

55 MOUTINHO, Teixeira. *Em legítima defesa*. Lisboa: Livraria Editora Viuva Tavares Cardoso, 1904; [1º Prêmio da Categoria Neo-Olispografia do Concurso Literário de 1950 do Município de Nova Lisboa]; NOGUEIRA, *op.cit.*; MONCADA, *op.cit.*

56 AMARO, Francisco. “Organização e Exercício do Poder entre os Uambos”, *Boletim Cultural do Huambo*. 002. Serviços Culturais do Município de Nova Lisboa, 2, 1949, 82 p.

57 Pela primeira vez na história um Chefe de Estado português visita terras do Huambo. *Boletim Cultural do Huambo*. 004-005-006-007-008. Serviços Culturais do Município de Nova Lisboa, 004-005-006-007-008, 1955, 122 pp.

58 NETO, Maria da Conceição. “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX”, *Lusotopie*, 1997, p.327-359.

59 *Idem*, p.335.

principalmente em áreas de reinos independentes, foi um vetor primordial para a aceleração dessa ideologia imperial, que sufocaria as narrativas nativas ao forjar “novas eras”⁶⁰.

A impressão que temos aqui é que a estrutura colonial se esforça para empurrar os resquícios dessas autoridades e comunidades organizadas nativas para o limbo do esquecimento. Para o discurso português, o conflito findara em 1902⁶¹. No entanto, outras “campanhas de limpeza”⁶² ainda ocorreriam em 1903 e 1904 para conter os “últimos focos de resistência Bailundo”⁶³. Após a “pacificação” e o estabelecimento do núcleo colonial no planalto central angolano, a capital do Bailundo se tornaria Vila Teixeira da Silva e a cidade do Huambo seria então a eleita Nova Lisboa⁶⁴. De acordo com a enunciado colonial português⁶⁵, com a pacificação, teria sido possível levar a nação portuguesa aos sertões angolanos, “impedir a desnacionalização do planalto de Benguela”⁶⁶, isto é: aporuguesá-lo. No entanto, esse discurso fortemente embebido de tendências imperiais apenas revela uma pequena parte do quadro político-social de territórios e poderes sobrepostos do Planalto Central da Angola do início do século XX. Conflitos, crises, disputas pelo poder político, controle comercial, alianças e antagonismos giram em torno do desenrolar da Revolta do Bailundo, para além do simplismo discursivo das campanhas de “pacificação”, do “adestramento do selvagem”⁶⁷ nativo e abertura para o desenvolvimento pacífico⁶⁸. Esse simplismo não é endossado ao acaso. Como Michel de Certeau nos diz (1998), a memória é tocada pela circunstâncias e ao mesmo tempo nos oferece o conjunto que esquece⁶⁹. Fruto da luta colonial pela terra e pelo controle político e comercial, as contruções das memórias acerca do conflito do Bailundo se desenvolvem no jogo de sobreposição de memórias, na disputa de poder das rememorações, ressignificações e dos esquecimentos que acompanhou o avanço colonizador no Planalto Central de Angola.

60 [1º Prêmio da Categoria Neo-Olispografia do Concurso Literário de 1950 do Município de Nova Lisboa]; NOGUEIRA, *op.cit.*, p.16-17.

61 MONCADA, *op.cit.*, p.75.

62 *Ibidem*.

63 *Ibidem*.

64 NOGUEIRA, *op. cit.*, p.16-17; DÁSKALOS, Sócrates. *Do Huambo ao Huambo: um testemunho para a história de Angola*. Lisboa: Editora Vega, 2000, p.45; FERREIRA, Vicente. “A capital de Angola”, *Voz*, 2 de Outubro de 1952.

65 *Ibidem*.

66 NOGUEIRA, *op. cit.*, p.6.

67 MONCADA, *op. cit.*, p.28; 2º Prêmio da Categoria “Conto ou Novela” do Concurso Literário de 1949 dos Serviços Culturais do Município de Nova Lisboa; LOPES, José Martins. “Com Mulheres como Tu”, *Boletim Cultural do Huambo*. 002 Serviços Culturais do Município de Nova Lisboa, 2, 1949, p.46.

68 NOGUEIRA, *op. cit.*, p.6.

69 CERTEAU, Michel de. *Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998, p.70.